

CAPÍTULO 7

GÊNERO, MULHERES SURDAS E INTERSECCIONALIDADE: IDENTIDADES, DIFERENÇAS E DESIGUALDADES



<https://doi.org/10.68044/ebwh7107>

Claudineia Gonçalves dos Santos ¹

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).



Sailloane Alandia Soares Simão ²

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).



Jéssica Silva Cosso ³

*Mestra em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Graduada em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora substituta de Libras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*



Simone Peixoto Gonçalves ⁴

*Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Docente do Ensino Superior no INES.*



Rosecleide Ferreira Borges Rodrigues ⁵

*Doutoranda em Literatura e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Tradutora e intérprete de Libras na mesma instituição.*



RESUMO: Este artigo analisa as relações entre gênero, identidades surdas e interseccionalidade, focalizando experiências de mulheres surdas atravessadas por raça, etnia, sexualidade, classe, maternidade, língua e participação social. O estudo, de natureza teórico-bibliográfica, articula pesquisas brasileiras sobre Estudos Surdos, feminismo, educação, violência linguística, produção científica e direitos humanos. A análise evidencia que as mulheres surdas não constituem um grupo homogêneo e que desigualdades de gênero se combinam a racismo, sexismo, audismo, capacitismo e heteronormatividade, produzindo formas específicas de exclusão e silenciamento. Também se destacam práticas de resistência construídas pela Libras, pela literatura surda, pelos movimentos sociais, pela atuação acadêmica e pela formação de redes entre pesquisadoras surdas. Conclui-se que uma abordagem interseccional amplia a compreensão das diferenças internas às comunidades surdas e favorece políticas educacionais, científicas e sociais comprometidas com acessibilidade linguística, equidade, autonomia, autoria e reconhecimento das mulheres surdas como produtoras de conhecimentos e sujeitos de direitos em diferentes contextos.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Gênero; Interseccionalidade; Identidades surdas.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre mulheres surdas têm conquistado maior densidade no campo acadêmico brasileiro à medida que se reconhece que a experiência surda não pode ser tomada como categoria uniforme, neutra ou indiferenciada. A constituição das identidades de mulheres surdas ocorre em relações sociais atravessadas por gênero, língua, raça, etnia, sexualidade, classe, território, geração, maternidade e condições de acesso à educação, à saúde, à ciência e à participação política. Assim, analisar essas experiências exige ultrapassar explicações centradas exclusivamente na condição auditiva e

considerar as posições sociais concretas ocupadas por diferentes mulheres. Tal deslocamento é decisivo para compreender que as desigualdades não se distribuem de maneira homogênea: elas se combinam, assumem intensidades distintas e produzem formas específicas de reconhecimento, exclusão, silenciamento e resistência.

A literatura dos Estudos Surdos já vinha apontando, há quase duas décadas, que a categoria gênero precisava ser incorporada de modo mais sistemático às análises da diferença surda. Klein e Formozo (2007, p. 100) articulam gênero, sexualidade e diferença cultural ao discutir a presença das mulheres surdas no trabalho docente e nos movimentos associativos. As autoras registram que as mulheres ocupavam posição crescente de liderança nos movimentos surdos e, ao mesmo tempo, enfrentavam discriminações no mercado de trabalho e em diferentes espaços sociais. Essa formulação inicial é relevante porque desloca a mulher surda de uma representação passiva e a insere no campo das disputas por direitos, reconhecimento e participação coletiva.

O problema torna-se ainda mais complexo quando se observa que a categoria “mulheres surdas” contém múltiplas experiências e posições. Mulheres negras surdas, indígenas surdas, lésbicas surdas, mães surdas, estudantes, professoras, artistas e pesquisadoras não enfrentam os mesmos obstáculos nem dispõem dos mesmos recursos sociais. Denari e Colombo (2021, p. 2-3) assinalam que a ênfase

predominante na marca da surdez pode simplificar as identidades e reduzir a visibilidade de outros marcadores, como gênero e raça. Para as autoras, a intersecção entre esses marcadores é indispensável para compreender como privilégios e opressões se entrelaçam na construção das identidades das mulheres surdas.

A interseccionalidade oferece, nesse contexto, uma chave teórica para analisar relações de poder que não podem ser compreendidas por simples soma de discriminações. A categoria possibilita observar como sexismo, racismo, audismo, capacitismo, heteronormatividade e desigualdades de classe podem atuar simultaneamente, transformando-se mutuamente. Campos e Bento (2022, p. 9) destacam a permanência de lacunas epistêmicas relacionadas ao impacto dessas intersecções na formação identitária das pessoas surdas, sobretudo quando se trata da comunidade negra surda. A existência dessas lacunas indica que o reconhecimento da diferença linguística, embora fundamental, não é suficiente para explicar a pluralidade das experiências sociais.

As pesquisas mais recentes reforçam a necessidade desse aprofundamento. Perlin e Jung (2024) discutem protagonismo, identidade e diferentes formas de violência contra mulheres surdas; Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024) analisam o caso de uma mulher negra surda submetida a processos extremos de privação e violência linguística; Vilhalva (2024) apresenta a escrevivência de

uma mulher indígena surda e enfatiza direitos linguísticos e culturais; Silveira e Baalbaki (2024) problematizam a visibilidade de mulheres surdas na ciência; Cruz e Rodrigues (2025) abordam a produção poética de uma artista surda, negra, lésbica e feminista; e Santos e Silva (2026) discutem a invisibilidade e o protagonismo de uma mãe surda no espaço escolar. Em conjunto, esses estudos evidenciam uma ampliação temática e epistemológica.

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é analisar como gênero e interseccionalidade contribuem para compreender identidades, diferenças e desigualdades vivenciadas por mulheres surdas no contexto brasileiro. Busca-se discutir, de modo articulado, as formas pelas quais marcadores sociais se cruzam, as violências linguísticas e de gênero que incidem sobre essas mulheres, as práticas de resistência construídas em Libras e nos movimentos sociais e o lugar ocupado por mulheres surdas na produção de conhecimentos. O interesse central não é estabelecer um perfil único de “mulher surda”, mas demonstrar justamente a inadequação de qualquer leitura homogeneizante.

Trata-se de um estudo de natureza teórico-bibliográfica, construído a partir de artigos científicos brasileiros selecionados por sua relação direta com gênero, mulheres surdas, identidades interseccionais, raça, educação, direitos humanos, literatura, violência, maternidade e produção científica. A análise foi realizada de maneira

interpretativa, buscando relações de convergência e tensão entre os trabalhos. Não se pretende apresentar uma revisão sistemática exaustiva, mas desenvolver uma síntese teórica capaz de sustentar a discussão sobre as diferenças internas às comunidades surdas e sobre as condições sociais que favorecem ou limitam o protagonismo feminino surdo.

O artigo está organizado em três partes principais. Após esta introdução, o referencial teórico desenvolve a discussão sobre gênero, diferença e identidade surda; apresenta a interseccionalidade como ferramenta crítica; aborda raça, etnia e sexualidade; examina violências e desigualdades; e discute a presença de mulheres surdas na ciência, na educação e em redes de produção de conhecimentos. Nas considerações finais, são retomadas as principais implicações do debate, com ênfase na necessidade de políticas e práticas que reconheçam a Libras, a pluralidade identitária, a autoria e a participação das próprias mulheres surdas na definição das agendas que lhes dizem respeito.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gênero, identidade surda e diferença cultural

A compreensão de gênero adotada neste debate afasta-se de explicações naturalizantes que atribuem papéis sociais fixos a

mulheres e homens. Gênero é entendido como dimensão histórica, cultural e política que participa da produção de identidades e da distribuição de posições sociais. Nessa perspectiva, as experiências de mulheres surdas não decorrem de uma essência feminina nem de uma essência surda. Elas se constituem em relações sociais, instituições, práticas linguísticas e regimes de representação que definem quem pode falar, circular, ensinar, produzir ciência, exercer maternidade ou participar de decisões coletivas.

Klein e Formozo (2007, p. 100-108) mostram que a presença feminina nos movimentos surdos não pode ser separada da história educacional e profissional das próprias mulheres surdas. O crescimento do número de professoras surdas e sua atuação nas associações contribuíram para ampliar a visibilidade de pautas relacionadas à saúde, à sexualidade, à violência e à participação política. O estudo também evidencia uma dimensão histórica de exclusão: por longo período, meninas surdas foram tratadas de modo distinto dos meninos surdos, em consonância com concepções sociais que restringiam o acesso feminino à escolarização e à autonomia.

A perspectiva da diferença cultural permite questionar a redução da pessoa surda a um corpo considerado deficiente. A Libras, as formas visuais de interação, as comunidades surdas e suas produções culturais deslocam o eixo analítico da falta para a diferença linguística e cultural. Esse deslocamento, contudo, precisa ser

articulado às relações de gênero, porque a valorização da identidade surda não elimina automaticamente desigualdades experimentadas pelas mulheres dentro e fora das comunidades surdas. Como sintetizam Perlin e Jung (2024, p. 39), “Ser mulher surda é sempre um feito na diferença”. A formulação assinala que gênero, cultura, língua e pertencimento se implicam mutuamente na constituição identitária.

Pedrosa (2019, p. 165-177) contribui para essa discussão ao analisar narrativas de vida e textos de Currículo Lattes de mulheres surdas, buscando compreender desenganos e vitórias relacionados à constituição interseccional de suas identidades. A atenção ao discurso é importante porque as identidades não existem apenas como atributos individuais: elas são narradas, disputadas e reconhecidas em práticas sociais. Ao relatar trajetórias educacionais e profissionais, mulheres surdas tornam visíveis obstáculos e conquistas que, de outro modo, poderiam permanecer apagados nos registros institucionais.

Socialmente os Surdos são vistos como um grupo identitário uniforme. Em outros termos, como se todos fossem iguais, o que não condiz com a realidade, pois as identidades Surdas são múltiplas e permeadas por interseccionalidades relacionadas à classe, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, dentre outras. (Taligliatti; Tedesco, 2023, p. 85).

A citação evidencia um ponto central: a identidade surda não anula outros pertencimentos. Ao contrário, constitui-se em relação com eles. Taligliatti e Tedesco (2023, p. 85-88) defendem que

compreender as camadas interseccionais é condição para práticas educacionais que reconheçam estudantes como sujeitos históricos singulares, e não como representantes de uma categoria abstrata. O argumento pode ser estendido ao debate sobre mulheres surdas em diferentes esferas: políticas universais baseadas apenas na categoria “surdo” tendem a ignorar desigualdades que atingem mulheres de maneira específica.

A noção de pertencimento também precisa ser tratada de modo relacional. Uma mulher pode construir forte identificação com a comunidade surda e, simultaneamente, vivenciar tensões ligadas à raça, à sexualidade, à origem étnica ou à posição de classe. Da mesma forma, pode participar de movimentos feministas, negros ou LGBTQIAPN+ e encontrar barreiras decorrentes da falta de acessibilidade linguística. Essa pluralidade não enfraquece a identidade surda; ao contrário, demonstra que identidades sociais se formam em articulações móveis e que a diferença é constitutiva da vida coletiva.

Perlin e Jung (2024, p. 31-39) relacionam a diferença surda à construção de saberes localizados e corporificados e argumentam que as mulheres surdas produzem conhecimento por meio de suas experiências, de seus corpos e da língua de sinais. O reconhecimento desses saberes desafia perspectivas que atribuem legitimidade exclusiva à língua portuguesa oral ou escrita e às formas hegemônicas

de produção acadêmica. A diferença, nessa leitura, não é obstáculo a ser superado, mas condição epistemológica a partir da qual outras perguntas, interpretações e práticas podem ser formuladas.

Interseccionalidade: marcadores sociais, poder e desigualdades

A interseccionalidade permite avançar da constatação da diversidade para a análise das relações de poder que organizam essa diversidade. Em vez de listar identidades, interessa compreender como estruturas sociais se cruzam e produzem posições específicas de privilégio e desvantagem. Denari e Colombo (2021, p. 3) retomam a formulação de Kimberlé Crenshaw para explicar que os eixos de raça, etnia, gênero e classe estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. Em citação de citação, pode-se sintetizar essa imagem afirmando que “os vários eixos de poder [...] constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” (Crenshaw, 2002, p. 177 *apud* Denari; Colombo, 2021, p. 3).

Essa perspectiva impede que o gênero seja analisado como variável isolada. Denari e Colombo (2021, p. 14) verificaram, em sua revisão, que estudos centrados apenas em gênero e pessoas surdas abordavam superficialmente outros marcadores, ao passo que os trabalhos que incorporavam raça apresentavam compreensão mais complexa das desigualdades. A conclusão das autoras é

particularmente relevante: os marcadores não se sobrepõem como camadas independentes, mas se interseccionam, e cada combinação pode produzir uma forma distinta de opressão vivida por mulheres surdas.

Campos e Bento (2022, p. 9-11) aprofundam essa crítica ao discutir a comunidade negra surda e o “não lugar” produzido por silenciamentos simultâneos. O racismo, o sexismo e o audismo participam da formação identitária e das possibilidades de reconhecimento social. Quando movimentos, instituições ou pesquisas adotam um padrão branco, cisheteronormativo e ouvinte como referência implícita, pessoas negras surdas podem permanecer marginalizadas mesmo em espaços politicamente comprometidos com direitos de grupos minoritários. A interseccionalidade revela, assim, que não basta pertencer formalmente a um movimento para que todas as diferenças sejam reconhecidas.

Alves, Gonçalves e Freitas (2024, p. 1-3) demonstram a produtividade da perspectiva interseccional no campo curricular ao analisar atravessamentos de deficiência, gênero, classe social, trabalho e raça em processos de ensino de leitura e escrita com estudantes surdos. O estudo evidencia que práticas pedagógicas ganham maior pertinência quando consideram histórias de vida, conhecimentos prévios e condições sociais concretas. Para mulheres surdas, isso significa que políticas de educação bilíngue precisam dialogar não

apenas com a Libras e com o português escrito, mas também com as desigualdades e experiências que atravessam suas trajetórias.

O feminismo negro é outro campo fundamental para a ampliação do debate. Oliveira Júnior e Santos (2023, p. 1-2) observam que pesquisas em educação de pessoas surdas frequentemente privilegiam aspectos linguísticos e deixam em segundo plano etnia/raça, gênero, sexualidade e classe social. Os autores defendem que a comunidade surda não é homogênea e que a análise do feminismo negro surdo exige considerar a combinação dessas categorias. Esse argumento confronta tanto leituras universalizantes sobre “a mulher” quanto leituras universalizantes sobre “o surdo”.

A interseccionalidade também contribui para discutir posicionalidade. Uma mesma mulher pode experimentar reconhecimento em determinado espaço e subalternização em outro. Uma pesquisadora surda com alta escolarização pode deter capital acadêmico, por exemplo, e ainda enfrentar barreiras linguísticas em eventos organizados sem acessibilidade; uma mulher negra surda pode ser reconhecida em uma comunidade surda e sofrer racismo; uma mulher lésbica surda pode enfrentar heteronormatividade em espaços surdos e falta de Libras em movimentos LGBTQIAPN+. A análise interseccional não hierarquiza automaticamente as opressões, mas examina como elas se organizam em contextos específicos.

Essa abordagem também evita transformar mulheres surdas em sujeitos definidos apenas pela vulnerabilidade. Se a interseccionalidade revela sistemas de dominação, ela igualmente permite perceber estratégias de resistência, alianças e formas de agência. As trajetórias analisadas na literatura evidenciam produção artística, atuação política, docência, pesquisa, escrita, criação de redes e defesa de direitos. Portanto, compreender desigualdades interseccionais não significa fixar mulheres surdas em posições de vítima, mas reconhecer as condições estruturais contra as quais constroem práticas de autonomia e transformação.

Mulheres negras surdas, indígenas surdas e diversidade sexual

A dimensão racial é indispensável para compreender as diferenças entre mulheres surdas. Silva e Garcia (2023, p. 5-6) analisam o racismo no Brasil a partir da diáspora africana e destacam a luta de pessoas negras surdas por reconhecimento, valorização cultural e descolonização. O estudo desloca a análise da diferença exclusivamente linguística e mostra uma comunidade surda marcada por múltiplas identidades e necessidades sociais. Para as mulheres negras surdas, a combinação entre racismo, sexismo e barreiras linguísticas pode produzir invisibilidades específicas, inclusive dentro de movimentos negros e movimentos surdos.

O caso de Sônia Maria de Jesus, analisado por Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 94-105), torna visível a gravidade que essas intersecções podem alcançar. As autoras discutem epistemicídio surdo, privação linguística e violência linguística na trajetória de uma mulher negra surda submetida por décadas a condições análogas à escravidão. A análise não reduz o caso a um único eixo: gênero, raça, condição linguística e posição social se articulam na produção de subalternidade. As autoras observam que, entre mulheres surdas, mulheres negras são especialmente impactadas pela intersecção de categorias identitárias, o que exige leitura capaz de vincular racismo estrutural, patriarcado e desigualdade linguística.

Essa discussão tem dimensão epistemológica. O epistemicídio surdo não diz respeito apenas à ausência de informação, mas ao apagamento das formas pelas quais pessoas surdas podem constituir linguagem, conhecimento, memória e consciência de direitos. Quando uma mulher negra surda é privada de língua acessível, sua possibilidade de participar das instituições, denunciar violências e construir redes de apoio pode ser profundamente comprometida. A nota de repúdio de doutores surdos e doutoras surdas examinada por Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 105) aparece, nesse sentido, como reação coletiva e acadêmica contra o silenciamento.

A experiência de mulheres indígenas surdas amplia ainda mais o campo de análise. Vilhalva (2024, p. 41-52), a partir da

escrivência, aborda o cotidiano de uma mulher indígena surda, professora, pesquisadora e participante dos movimentos surdos brasileiros. A autora relaciona direitos linguísticos, identidade cultural, línguas indígenas de sinais e produção artística. A presença de línguas indígenas de sinais mostra que nem mesmo a Libras pode ser tomada como única referência para todas as pessoas surdas brasileiras. Território, etnia e repertórios linguísticos próprios precisam integrar políticas de reconhecimento e pesquisa.

Vilhalva (2024, p. 51) também destaca a arte indígena surda como instrumento de empoderamento individual e coletivo. A circulação de produções em exposições, eventos, publicações e plataformas digitais contribui para ampliar a visibilidade das mulheres indígenas surdas e valorizar a diversidade cultural. Essa perspectiva é particularmente importante porque demonstra que políticas de acesso não devem ser limitadas à tradução de conteúdos hegemônicos: é igualmente necessário garantir condições para que mulheres surdas produzam, registrem e difundam seus próprios saberes e expressões.

A diversidade sexual aparece de modo contundente na análise de Cruz e Rodrigues (2025, p. 223-231) sobre a poética de Yanna Porcino, artista surda, negra, lésbica e feminista. As autoras mostram que a literatura surda pode funcionar como espaço de resistência e afirmação identitária. Na experiência analisada, as identidades não são tratadas separadamente, mas compõem um conjunto inseparável que

informa a produção artística e política. Racismo, gênero, sexualidade e experiência surda atravessam a obra e tornam a poesia em Libras uma forma de denúncia, visibilidade e elaboração coletiva.

A trajetória de Yanna Porcino também evidencia limites de movimentos sociais que não incorporam acessibilidade linguística e diferenças internas. Cruz e Rodrigues (2025, p. 226) observam que mulheres negras surdas podem encontrar exclusão em espaços negros, surdos, feministas e LGBTQIAPN+ quando as particularidades da intersecção não são reconhecidas. A questão, portanto, não é apenas assegurar ingresso formal em determinados coletivos, mas produzir condições de participação efetiva, o que inclui Libras, reconhecimento de experiências surdas e abertura para agendas que não se enquadram em um único marcador identitário.

Violências, invisibilidades e barreiras de participação

A desigualdade vivida por mulheres surdas se manifesta de maneira concreta em diferentes formas de violência. Perlin e Jung (2024, p. 38-39) mencionam violência linguística, violência doméstica e familiar, violência sexual, feminicídio, violência virtual, política e de gênero. A violência linguística ocupa posição transversal, porque a ausência de comunicação acessível pode dificultar o acesso a informações preventivas, serviços públicos, redes de proteção e instrumentos de denúncia. O problema não está na mulher surda, mas

na organização social que naturaliza a língua oral como única via legítima de comunicação.

Klein e Formozo (2007, p. 104-105) já registravam relatos de abuso sexual e dificuldades enfrentadas por mulheres surdas para comunicar situações de violência a familiares. O estudo também menciona conquistas relacionadas à presença de intérpretes de Libras em atendimentos de saúde e à realização de palestras sobre sexualidade feminina. A relação entre informação, língua e autonomia é evidente: quanto maior a acessibilidade linguística, maiores as condições para que mulheres surdas conheçam direitos, tomem decisões sobre seus corpos e acessem serviços sem depender de mediações inadequadas.

No campo educacional, a violência pode assumir formas menos visíveis, mas igualmente persistentes. Guimarães *et al.* (2021, p. 1-2) descrevem experiências de bullying vivenciadas por discentes surdas e destacam a importância do apoio social no ambiente universitário. As participantes relataram obstáculos de comunicação na família e experiências de violência no período escolar. O apoio de pares, por sua vez, aparece como elemento relevante para a construção de projetos de vida e para a permanência acadêmica. O estudo evidencia que redes de sociabilidade podem funcionar como recurso de resistência diante de trajetórias marcadas por exclusão.

As instituições educacionais também podem invisibilizar mulheres surdas quando presumem que outros familiares devam ocupar seus lugares de decisão. Santos e Silva (2026, p. 49-59) analisam o protagonismo de uma mãe surda que permanecia à margem das interações escolares relacionadas à educação da filha. A presença de uma intérprete de Libras possibilitou interlocução direta com a equipe gestora e participação em reunião de responsáveis. O caso demonstra que a ausência de acessibilidade pode retirar da mulher surda responsabilidades e direitos que lhe pertencem, produzindo dependência institucionalmente fabricada.

Na discussão sobre maternidade, Santos e Silva (2026, p. 56-59) ressaltam que mulheres surdas foram historicamente invisibilizadas e frequentemente percebidas como incapazes de conduzir a própria vida. Tais representações se associam ao machismo e ao capacitismo e podem resultar em infantilização e deslegitimação da autonomia. As autoras chamam atenção ainda para a privação linguística no ambiente familiar, que pode impedir conversas fundamentais sobre adolescência, saúde e maternidade. Novamente, a limitação não é intrínseca à condição surda, mas produzida por relações sociais sem acessibilidade.

A literatura e a arte também registram e denunciam desigualdades. Medeiros et al. (2021, p. 1-2) analisam poesias surdas que tematizam injustiças sociais e direitos humanos. Os resultados

apontam denúncias de privação linguística, violência racial e de gênero, falta de acesso a direitos básicos, padrões estéticos e violências contra pessoas LGBTQI+. A produção poética em Libras transforma experiências sociais em linguagem estética e política e amplia o repertório pelo qual a comunidade surda pode nomear opressões e reivindicar direitos.

Essas pesquisas convergem na indicação de que acessibilidade linguística deve ser compreendida como direito estruturante, e não como recurso acessório. Sem comunicação em Libras e sem profissionais e serviços preparados, a igualdade formal pode coexistir com exclusão real. Ao mesmo tempo, acessibilidade não pode ser reduzida à presença eventual de intérprete: é necessário que políticas públicas reconheçam autonomia, privacidade, diversidade cultural e o direito das mulheres surdas de participar diretamente das decisões que envolvem seus corpos, famílias, educação, trabalho e vida política.

Mulheres surdas na ciência: autoria, visibilidade e produção de conhecimentos

A presença de mulheres surdas na ciência constitui dimensão central do debate sobre desigualdade e reconhecimento. Silveira e Baalbaki (2024, p. 79-81) observam que a produção científica permanece marcada por desigualdade de gênero e que, quando se trata de mulheres surdas, a disparidade se torna ainda mais acentuada. O

artigo busca dar visibilidade a pesquisadoras surdas e mostra que a representação científica não é apenas questão de prestígio individual: ela produz referências para novas gerações e altera a imagem social do que mulheres surdas podem realizar.

Ao mapear pesquisadoras surdas brasileiras, Silveira e Baalbaki (2024, p. 85-92) destacam trajetórias como as de Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski, Marianne Stumpf e Shirley Vilhalva. O texto registra a existência de dezenas de mulheres surdas com doutorado e ressalta que suas pesquisas se concentram especialmente nas áreas de Linguística e Educação. Ainda que o levantamento não esgote a presença feminina surda na ciência, ele confronta narrativas de incapacidade e contribui para construir memória acadêmica sobre a participação de pesquisadoras surdas no país.

A visibilidade, contudo, não pode ser confundida com mera celebração de casos individuais. É preciso examinar as condições que permitem ou dificultam a trajetória acadêmica. Perlin e Jung (2024, p. 37-38) mencionam barreiras enfrentadas por alunas e professoras surdas em instituições que impõem o português como primeira língua, subalternizando a Libras nos espaços acadêmicos. A desigualdade linguística pode afetar processos de seleção, participação em reuniões, publicação, orientação, apresentação de pesquisas e circulação em eventos científicos. A permanência e a autoria exigem, portanto, políticas linguísticas institucionais.

Pedrosa (2019, p. 165-177), ao utilizar narrativas de vida e textos do Currículo Lattes, demonstra como a própria documentação acadêmica pode ser lida como espaço de construção identitária. Titulações, experiências profissionais e produções registradas nos currículos não são apenas indicadores burocráticos: também revelam trajetórias de ingresso em instituições historicamente organizadas segundo padrões ouvintes. A leitura crítica dessas narrativas permite compreender conquistas como resultado de processos coletivos e de disputas por reconhecimento.

A ciência produzida por mulheres surdas também amplia os objetos e problemas considerados relevantes. Pesquisas sobre educação bilíngue, línguas indígenas de sinais, escrita de sinais, literatura surda, políticas linguísticas, acesso à informação e experiências de mulheres surdas emergem de posições de conhecimento que não se reduzem à experiência pessoal, mas podem ser informadas por ela. Nesse sentido, autoria surda significa participar da definição das perguntas, dos métodos, das categorias e das formas de circulação do conhecimento.

Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 94-105) oferecem exemplo significativo de articulação entre pesquisa, direitos humanos e posicionamento comunitário. Ao analisar o caso de Sônia, as autoras relacionam experiência acadêmica, ativismo e crítica da mídia e incorporam ao debate uma nota de repúdio elaborada por doutores

surdos e doutoras surdas. O conhecimento científico aparece, assim, como prática situada que pode denunciar violações e produzir interpretações autorizadas a partir das comunidades afetadas.

Redes de pesquisadoras surdas: colaboração, pertencimento e resistência na produção de conhecimentos

A consolidação de mulheres surdas na ciência não depende apenas de trajetórias individuais. A produção de conhecimento se realiza em redes de orientação, grupos de pesquisa, associações, movimentos, eventos, projetos editoriais e relações de colaboração. Quando pesquisadoras surdas estabelecem vínculos entre si, criam espaços de troca em Libras, compartilham estratégias para enfrentar barreiras institucionais, fazem circular referências e fortalecem o pertencimento acadêmico. A rede, nesse sentido, é simultaneamente estrutura de trabalho e prática de resistência.

Silveira e Baalbaki (2024, p. 92) ressaltam que dar visibilidade às primeiras pesquisadoras surdas que alcançaram títulos acadêmicos abre caminhos para outras mulheres ingressarem na ciência. O valor dessa visibilidade está na construção de genealogias. Saber que outras mulheres surdas produziram teses, realizaram pós-doutorado, criaram métodos e orientaram pesquisas rompe com a percepção de excepcionalidade e permite situar novas pesquisadoras em uma

história coletiva. Referências femininas surdas tornam-se, assim, parte do patrimônio científico e cultural das comunidades surdas.

As redes também se formam fora da universidade. Klein e Formozo (2007, p. 108-111) mostram a relevância dos encontros de mulheres surdas e da atuação em movimentos associativos na elaboração de pautas de saúde, educação, proteção contra a violência e participação política. Esses espaços produzem conhecimento social sobre problemas vividos pelas próprias mulheres e podem orientar demandas acadêmicas e políticas. A fronteira entre ativismo e pesquisa não é rígida: questões formuladas nos movimentos frequentemente se transformam em objetos de investigação, enquanto resultados científicos podem retornar às comunidades.

A experiência de Vilhalva (2024, p. 41-52) reforça essa articulação entre pesquisa, movimento social, língua, território e cultura. A autora se apresenta como mulher indígena surda, professora e pesquisadora e vincula sua produção às línguas indígenas de sinais e aos direitos das comunidades. A colaboração com famílias, comunidades e outros pesquisadores evidencia que conhecimento sobre línguas de sinais emergentes não pode ser produzido de maneira isolada ou extrativa. Pertencimento e responsabilidade coletiva tornam-se dimensões metodológicas e éticas.

Também a literatura surda e as redes digitais ampliam a produção e a circulação de conhecimentos. Cruz e Rodrigues (2025,

p. 223-231) analisam vídeos de Yanna Porcino publicados em redes sociais, mostrando como a poesia em Libras debate racismo, feminismo, sexualidade e autonomia corporal. Medeiros et al. (2021, p. 1-2) igualmente observam a circulação de videopoesias, slams e saraus em ciberespaços. Essas produções deslocam a ideia de que o conhecimento legítimo se encontra apenas em textos escritos e demonstram a potência epistemológica de registros visuais e sinalizados.

A constituição de redes de pesquisadoras surdas exige, contudo, infraestrutura institucional. Eventos acadêmicos precisam garantir Libras e condições adequadas de interação; programas de pós-graduação devem assegurar acessibilidade em bancas, orientações e atividades; periódicos e editoras podem ampliar formatos em vídeo e políticas de tradução; agências de fomento devem reconhecer demandas específicas de acessibilidade. Sem essas condições, a colaboração permanece dependente de esforços individuais e sobrecarga das próprias pesquisadoras surdas.

As redes podem ainda funcionar como estratégia de enfrentamento ao isolamento acadêmico. Mulheres surdas que ingressam em ambientes predominantemente ouvintes podem encontrar poucos pares com experiências linguísticas semelhantes. A construção de comunidades de pesquisa em Libras favorece circulação de conceitos, leitura crítica de textos, elaboração de sinais-termo,

intercâmbio de metodologias e apoio mútuo. Não se trata de separar pesquisadoras surdas do restante da ciência, mas de criar condições de participação equitativa para que colaborações mais amplas ocorram sem apagamento linguístico.

Sob uma perspectiva interseccional, essas redes também precisam reconhecer diferenças internas. A simples reunião de mulheres surdas não garante que experiências de mulheres negras, indígenas, lésbicas, mães, mulheres de diferentes regiões ou classes sociais sejam automaticamente contempladas. Os estudos de Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024), Vilhalva (2024) e Cruz e Rodrigues (2025) mostram precisamente que raça, etnia e sexualidade alteram posições de fala e experiências de exclusão. Redes acadêmicas comprometidas com equidade devem, portanto, incorporar essa pluralidade em suas agendas e formas de liderança.

A resistência produzida em rede pode ser entendida como construção de condições de permanência e de autoria. Colaborar, citar pesquisadoras surdas, registrar suas trajetórias, produzir materiais em Libras, orientar novas pesquisadoras e disputar espaços editoriais são práticas que ampliam a presença de mulheres surdas na esfera pública. Em vez de uma narrativa baseada apenas em superação individual, torna-se possível reconhecer processos coletivos pelos quais comunidades criam recursos para enfrentar instituições historicamente organizadas segundo normas masculinas, brancas e ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstra que gênero e interseccionalidade são dimensões indispensáveis para compreender as experiências de mulheres surdas sem reduzi-las a um grupo homogêneo. A diferença linguística e cultural deve ser articulada a raça, etnia, sexualidade, classe, território, maternidade e posição acadêmica, pois esses marcadores reconfiguram formas de pertencimento, desigualdade e resistência. Os trabalhos examinados revelam que reconhecer a Libras é condição necessária, mas não suficiente: é preciso considerar também os sistemas sociais que produzem racismo, sexismo, audismo, capacitismo e heteronormatividade.

A centralidade da acessibilidade linguística aparece em educação, saúde, justiça, família, participação política e ciência. A privação de língua pode ampliar vulnerabilidades e dificultar a denúncia de violências, enquanto o acesso à Libras favorece autonomia e participação direta. As trajetórias de mulheres negras surdas, indígenas surdas e mulheres surdas LGBTQIAPN+ evidenciam os limites de políticas universais baseadas em uma única categoria identitária. Ao mesmo tempo, literatura, arte, movimentos sociais e produção acadêmica mostram que essas mulheres constroem estratégias de resistência, memória, autoria e transformação coletiva.

No campo científico, a visibilidade de pesquisadoras surdas deve ser acompanhada por condições institucionais de permanência, colaboração e autoria. Fortalecer redes de pesquisadoras surdas, ampliar espaços acadêmicos em Libras, registrar produções sinalizadas e garantir acessibilidade em formação, eventos e publicações contribui para equidade e para o enriquecimento da própria ciência. Conclui-se, portanto, que políticas educacionais e sociais precisam ser formuladas com participação direta das mulheres surdas e reconhecer sua pluralidade. O desafio não é adaptar essas mulheres a instituições construídas segundo padrões ouvintes, mas transformar as instituições para que diferenças linguísticas, culturais, raciais, étnicas, sexuais e de gênero possam existir com dignidade, autonomia e igualdade de participação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; GONÇALVES, Rebeca Cristina Nunes Llyod; FREITAS, Luciana Aparecida Guimarães de. Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e92896, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.92896>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CAMPOS, Sandra Regina Leite de; BENTO, Nanci Araújo. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1-18,

2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202257202>. Acesso em: 3 jul. 2026.

CRUZ, Daniela de Carvalho; RODRIGUES, Rejane Lopes. A interseccionalidade de uma mulher surda, negra, lésbica e feminista na poética de Yanna Porcino. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 63, p. 223-236, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.223-236>. Acesso em: 5 jul. 2026.

DENARI, Fátima Elisabeth; COLOMBO, Isabella Mota. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 26, e215287, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5287>. Acesso em: 8 jul. 2026.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SANTOS, Karine David Andrade; DANTAS, Nadja Pereira; SILVA, Joilson Pereira da. Bullying, apoio social e sentido de vida: relato de discentes surdas. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 6, e67536, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.67536>. Acesso em: 10 jul. 2026.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e surdez. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 100-112, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v15i1.225>. Acesso em: 12 jul. 2026.

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; SANTOS, Silvana Aguiar dos; SILVA, Gabriela Grigolom; SANTOS, Edvaldo Carmo dos. Injustiças sociais e direitos humanos nas literaturas surdas: olhares emergentes para saberes poéticos. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 6, e68740, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.68740>. Acesso em: 15 jul. 2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ailton Paulo de; SANTOS, Eliana Rosa de Oliveira. O feminismo negro surdo na educação inclusiva. *Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/view/848>. Acesso em: 17 jul. 2026.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. *Revista do GELNE*, Natal, v. 21, n. 2, p. 165-177, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/17030>. Acesso em: 22 jul. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 28 jul. 2026.

SANTOS, Lorena Sousa dos; SILVA, Sara Moitinho da. A invisibilidade da mãe surda no contexto da educação inclusiva: resgatando o protagonismo materno no espaço escolar. *Revista Arqueiro*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 49-63, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/re.2026.50.49-63>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SILVA, Erliandro Felix; GARCIA, Maria Izabel dos Santos. O racismo no Brasil a partir de uma perspectiva da diáspora africana e a luta pela descolonização das pessoas negras surdas. *SCIAS Língua de Sinais*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 5-36, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/7496>. Acesso em: 1 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 2 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 3 set. 2026.

TALIGLIATTI, Queila Érica; TEDESCO, Simoni. Interseccionalidade e surdez: reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas com surdos. *Revista Arqueiro*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 85-94, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/re.2023.44.85-94>. Acesso em: 4 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Acesso em: 5 set. 2026.